O DIREITO DOS REFUGIADOS

Luís Eduardo de Jesus Santos
Graduando em Direito pelo UNIPTAN
E-mail: l.edusantos00@gmail.com

Erika Tayer Lasmar
Orientadora

RESUMO: O propósito principal deste artigo é a análise do Direito dos Refugiados no Brasil, pela ótica da lei de número 9.474, de 22 de julho de 1997. Com o objetivo de mostrar os processos que o refugiado tem que passar para garantir seu direito no Brasil. Portanto para chegar neste objetivo é necessária a contextualização histórica do surgimento das leis que garantiram o desenvolvimento dos direitos dos refugiados. Chegando por fim na análise da lei 9.474. Chegando à conclusão de que a criação de medidas públicas em conjunto com a aplicação da lei 9.474 é um dos melhores caminhos para a resolução dos problemas humanitários enfrentados pelos refugiados.

PALAVRAS CHAVES: Direito dos refugiados, ONU, CONARE, ACNUR, políticas públicas.

1 - Introdução

O ser humano é uma espécie altamente adaptativa, capaz de passar por diversas adversidades e muitas vezes provar o quanto é resiliente. O movimento de povos e massas entre países sempre foi uma preocupação pelos governos, principalmente quando estas pessoas foram forçadas a sair de seu país de origem e ir para outra pátria por motivo de perseguição ou violação dos direitos humanos.

O refugiado em busca de refúgio, segurança e um tratamento humanitário muitas vezes passa por situações onde o direito humano é violado, posto isto a busca pelos direitos deste refugiado é de suma importância sendo uma observação feita pelos diversos países Constituintes das Nações Unidas, no Brasil em específico o direito do refugiado é resguardado pelo entendimento do Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 de que o Brasil é um país humanitário, e de uma sociedade que busca a fraternidade e o pluralismo sempre.

Portanto as devidas motivações para a escrita deste trabalho é mostrar os efeitos jurídicos causados, principalmente no contexto brasileiro, pela movimentação de povos que foram perseguidos e que tiveram seus direitos fundamentais recusados por seu país de origem. À vista disto a principal problemática é o desrespeito aos

direitos humanos acometidos a minoria social que são os refugiados, além do por que a luz do direito não alcança este grupo na maioria das vezes. Portanto para a solução destes problemas é necessário a apresentação de medidas e legislações específicas, estas buscam o principal objetivo, recuperar a dignidade humana e trazer a resolução jurídica para os problemas que vem junto a uma pessoa fragilizada e perseguida pelo seu país de origem.

Este estudo teve como propósito o aprofundamento no tema de direitos referentes aos refugiados. Portanto o tipo de pesquisa escolhido para o aprofundamento do tema foi o descritivo, em que há a busca de legislações que versassem sobre os refugiados no Brasil e a criação de políticas públicas para a resolução da problemática. Portanto coletando dados a partir de trabalhos já desenvolvidos neste tema.

Assim este estudo tem uma abordagem qualitativa com a principal base em referência bibliográfica na análise da Lei de Refugiados de número 9.474 de 22 de julho de 1997.

2 – Desenvolvimento

2.1 - Contextualização histórica

Para iniciar o estudo do direito individual dos refugiados mais profundamente é necessária uma contextualização histórica. Após o final da Segunda Guerra Mundial diversos países receberam refugiados de diferentes lugares da Europa, na maioria judeus que foram perseguidos pela Alemanha Nazista e civis que fugiam dos conflitos armados desta época. O número de refugiados de países europeus em outras nações chegou aproximadamente a onze milhões desde o início até o final da segunda grande guerra. Porém no Direito Internacional não havia regras delimitadas que legislassem sobre os Direitos individuais dos Refugiados até o século XX. Portanto os refugiados que fugiam da guerra e das perseguições de Estados ficavam à mercê das legislações nacionais dos países que os recebiam, muitas vezes não recebendo privilégios de asilo.

A primeira internacionalização do Direito dos Imigrantes foi pós a Primeira Guerra Mundial, na criação da Sociedade das Nações, em 1919, em que houve a criação de um Comitê dos Refugiados, assim o objetivo principal deste comitê era o

interesse das pessoas que necessitavam de um acolhimento em um novo país. Porém com o surgimento de uma nova Grande Guerra a Sociedade Das Nações foi dissolvida junto com o Comitê dos Refugiados pois fracassou em buscar a paz.

Portanto a segunda grande internacionalização do Direito dos Imigrantes e a mais importante foi após a criação da Declaração Universal Dos Direitos Humanos, uma carta criada pelas Nações Unidas no ano de 1948, que no seu artigo 14 defende o direito ao asilo dos refugiados, sendo “Todos os seres humanos têm o direito de procurar e de beneficiar de asilo noutros países”.

No ano de 1951, houve uma Assembleia Geral da ONU que formou a Convenção de 1951 que instituiu o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que ficou como responsável pela questão dos refugiados, assim houve a criação do Estatuto dos Refugiados que tem como objetivo a proteção dos Direitos dos Refugiados. Nesta Convenção ficou delimitado o que era o Refugiado, sendo:

“(...) em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 02).

No início, apenas doze países assinaram o Estatuto, porém com a globalização e a integração de novos países na ONU, novas nações foram adotando o Estatuto como ordem geral para o tratamento dos refugiados.

2.2 - O Brasil e O Direito do Refugiado

No Brasil o Direito do Refugiado foi especificado com a ratificação da Convenção de 1951 instituída pela Organização das Nações Unidas, logo após vindo a promulgação do decreto número 50.215 de 28 de janeiro de 1961 que trouxe ao direito brasileiro o reconhecimento do direito ao refugiado nos moldes e entendimentos da ONU.

Em 1977 O Estado Brasileiro foi aderido no ACNUR que ficou como responsável em recepcionar as convenções internacionais que tinham o foco nos direitos dos refugiados.

Em 1997 a principal lei do país relacionada aos direitos dos refugiados é aprovada no Brasil. A lei 9.474 foi um grande marco para o direito brasileiro, pois nela o direito humano foi o enfoque da questão, trazendo assim um entendimento mais abrangente do que é o refugiado, assim como descrito no artigo 1º, inciso I ao III da lei 9.474 de 22 de julho de 1997:

“Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II- não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III- devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” (Brasil, 1997).

Este entendimento abrangente do que é o refugiado na lei 9.474 de 1997 é decorrente ao respeito ao Princípio da Dignidade Humana, um princípio de total relevância no ordenamento jurídico brasileiro, este presente no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III- a dignidade da pessoa humana.” (Brasil, 1988).

Sendo assim a dignidade humana do refugiado é algo que não deve ser mensurado pois é defendida na Constituição Brasileira de 1988. Além disso os direitos humanos descritos pelas Nações Unidas como “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana” (ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS, 1948) é um dos pilares em conjunto com a análise feita da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 para a defesa dos refugiados em solo brasileiro.

Uma grande falha que não é apontada na condição de refugiado pela lei brasileira, mas que fica evidente este erro, é a circunstância em que se encontra as pessoas que buscam de refúgio no Brasil por conta de desastres naturais em seus países de origem. Estas pessoas não são reconhecidas como refugiados devido a não caracterização delas no artigo 1º, inciso I ao III da lei 9.474 de 22 de julho de 1997. O exemplo claro deste quadro são os Haitianos que sofrem constantemente grandes terremotos e por consequência destes grandes desastres naturais, buscam por refúgio no Brasil.

A forma em que o Governo brasileiro achou para ajudar estas pessoas que necessitavam de refúgio decorrente às catástrofes naturais no Haiti, foi a partir da instauração de uma portaria que autorizasse a residência para esta nacionalidade. Sendo assim os haitianos que recorrem na busca de asilo no Brasil têm em sua maioria um visto específico para a sua permanência no Brasil. Assim como descreve artigo 1º da portaria Interministerial MJSP/MRE número 27 de 30 de dezembro de 2021:

“Art. 1º A presente Portaria Interministerial dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, para nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.” (Brasil, 2021).

2.2.1 - Os Refugiados no Brasil

No Brasil até o ano de 2022, vários países foram validados como lugares onde há grave e generalizada violações de direitos humanos (GGVDH). Sendo alguns deles a Venezuela, República do Mali, Burkina Faso, Síria e Afeganistão apontados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portanto refugiados destes países que procuram o Brasil são possibilitados de aplicar o inciso III do artigo 1º da lei 9.474 de 1997. “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

De acordo com a análise de dados “Entre 2011 e 2021, 297.712 mil imigrantes solicitaram refúgio no país. Ao final do ano de 2021, existiam 60.011 pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil.” (JUNGER et al, 2022, p.5). Vale notar que a

apenas em 2021 houve o maior número de pedidos de refúgio da década, sendo 70.933 solicitações.

Portanto é imprescindível notar que além de respeitar de cada refugiado também é necessário respeitar a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 4º, sendo ele:

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;”

(BRASIL, 1988).

Sendo assim para facilitar o cadastro desses refugiados que é feito pela Polícia Federal, foi instaurado a criação de um órgão regulador e com função de supervisionar a condição dos refugiados em solo brasileiro, tendo em vista também o artigo 4º da Constituição, sendo ele o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

2.2.2 - Comitê Nacional para os Refugiados

O Comitê Nacional para os Refugiados ou a sigla CONARE é um órgão que é vinculado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública ele foi instituído pelo artigo 11º da lei 9.474 de 1997: “Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça.” (BRASIL, 1997).

As principais competências do CONARE são analisar, declarar e cessar pedidos na primeira instância da condição de refugiados; determinar a perda da condição de refugiado de determinada pessoa em primeira instancia; assistência jurídica e prover proteção ao refugiado; aprovação normativa para a devida execução da lei 9.474 de 1997 assim como está descrito no artigo 11º da mesma:

“Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos

Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

- I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;
- II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;
- III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;
- IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;
- V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.” (BRASIL, 1997).

Portanto para a existência do CONARE ser sólida e atender os refugiados necessitados, é necessária estabelecer uma base de pessoas capacitadas para atender as necessidades dos refugiados. Essa representação está delimitada no artigo 14 da lei 9.474 de 1997, sendo ele:

“ Art. 14. O CONARE será constituído por:

- I - um representante do Ministério da Justiça, que o presidirá;
- II - um representante do Ministério das Relações Exteriores;
- III - um representante do Ministério do Trabalho;
- IV - um representante do Ministério da Saúde;
- V - um representante do Ministério da Educação e do Desporto;
- VI - um representante do Departamento de Polícia Federal;
- VII - um representante de organização não-governamental, que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País.

§ 1º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto.

§ 2º Os membros do CONARE serão designados pelo Presidente da República, mediante indicações dos órgãos e da entidade que o compõem.

§ 3º O CONARE terá um Coordenador-Geral, com a atribuição de preparar os processos de requerimento de refúgio e a pauta de reunião.” (BRASIL, 1997).

Além disto é imprescindível existir reuniões que busquem determinar diretrizes para a resolução de impasses, portanto o foco do CONARE sempre será um órgão público que presta serviço e que não busca o lucro. Assim como disposto no artigo 15 da lei 9.474 de 1997. “Art. 15. A participação no CONARE será considerada serviço relevante e não implicará remuneração de qualquer natureza ou espécie.” (BRASIL, 1997).

2.2.3 - Políticas Públicas

Além da criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) o Brasil sempre busca novas alternativas para a resolução de vários problemas como construir uma sociedade mais justa, livre e solidária, desenvolver social e economicamente portanto erradicando a pobreza e reduzir a desigualdade. Assim garantindo uma sociedade sem preconceitos em geral assim como disposto no artigo 3º da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988).

Portanto para a resolução destas questões o Brasil se reuniu com outros países e seus respectivos representantes no ano de 2015 em uma Assembleia Geral para resolver estas questões. Esta reunião na sede da Organização das nações Unidas ficou mundialmente conhecida como Agenda 2030, pois tinha como objetivo erradicar problemas mundiais até o ano de 2030, com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Na décima sexta meta, em seus tópicos, subjetivamente o tema referente aos refugiados foi levantado, assim como descrito:

“Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.” (ONU, 2015).

Deste modo o Estado brasileiro se comprometeu a tornar eficaz estes pontos destacados na meta de número 16 da Agenda de 2030, promovendo políticas públicas que fossem responsáveis para atender as dificuldades dos novos refugiados em terras brasileiras, portanto envolvendo e abraçando o refugiado na sociedade.

Em 2018 o Governo brasileiro instituiu a Operação Acolhida, uma política pública de cunho federal que tinha como objetivo um atendimento humanitário aos refugiados vindos da Venezuela com o destino final em Roraima no norte do Brasil, com o foco principal as cidades de Boa Vista e Roraima que tinha certa limitação de infra estrutura para receber e acolher estes refugiados.

A principal base legal que fundamentou a Operação Acolhida, foi o princípio que estabelece a lei 13.445 de 24 de maio de 2017, sendo que ela dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, a regulamentação da entrada da pessoa não brasileira e por fim as diretrizes estabelecidas para as políticas públicas referentes aos migrantes, assim como descrito no artigo primeiro da mesma, sendo: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.” (BRASIL, 2017).

Além do primeiro artigo da lei de migração, a Operação Acolhida busca no terceiro artigo a defesa dos direitos humanos das pessoas que entram no Brasil, estabelecendo condições iguais entre os refugiados acolhidos pela Operação e os nacionais no Brasil.

“Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

III - não criminalização da migração;

[...]

VI - acolhida humanitária;

[...]

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;

[...]

XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;

[...]

XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.”

(BRASIL,2017).

Assim a Operação Acolhida teve fundamentos em leis e na constituição, procurando melhorar a vida dos refugiados vindos da Venezuela a partir da facilitação de regulamentação de documentação, auxílio médico, mobilidade entre os estados brasileiros. Todo esse esforço foi decorrente de uma força operacional de vários entes, sendo eles o Exército brasileiro, a ACNUR, a CONARE e as entidades da Casa Civil.

O Exército brasileiro, foi de extrema importância nessa mobilização pois fez hospitais de campanha que atenderam os refugiados em situação de emergência hospitalar, assim respeitando a dignidade humana dos refugiados. A parte de logística aplicada pelo Exército brasileiro foi um grande passo para o sucesso da Operação Acolhida, sendo responsáveis também pela recepção, manutenção e identificação de cada refugiado.

Portanto para demonstrar tamanha efetividade da Operação Acolhida vários núcleos sociais e culturais foram respeitados durante a acolhida dos refugiados, sendo

respeitado sempre a família, as origens e a cultura de cada um. Assim os refugiados indígenas não foram separados do seu grupo social, além de respeitar núcleos familiares também. Deste modo pequenos acertos foram feitos nesta política pública para que a dignidade da pessoa humana do refugiado fosse restaurada.

Porém há grandes empecilhos ainda que geram transtornos na vida cotidiana dos refugiados venezuelanos em solo brasileiro, como exemplo a educação de crianças e adolescentes refugiadas, assim como descrito pelos dados providos pela ACNUR:

“No setor educação, tanto as crianças e os adolescentes em idade escolar estão em desvantagem se comparados com seus pares brasileiros. De acordo com o censo educacional de 2020, apenas 37.700 (ou 45%) das crianças venezuelanas estavam matriculadas em escolas – comparadas com mais de 85% de crianças e adolescentes brasileiros.

Mesmo quando conseguem se matricular, as crianças e adolescentes venezuelanos geralmente frequentam escolas mais cheias e são alocadas em níveis mais baixos. A falta de professores que falam espanhol é outro grande obstáculo ao sucesso delas nas salas de aula.” (ACNUR, 2021).

Outra adversidade também paira sobre os venezuelanos refugiados no Brasil, sendo ela o grande desemprego. Há grande dificuldade para a autorização de validação dos diplomas e problemas com a língua portuguesa. Sendo assim a ACNUR junto com o Governo brasileiro desenvolvem outras políticas públicas para trazer a acessibilidade à língua portuguesa ao refugiado e reduzir as grandes taxas do desemprego dos refugiados no Brasil. Assim como descreve a ACNUR:

“O ACNUR estimula o Governo do Brasil a continuar implementando políticas públicas que respondam às dificuldades que refugiados e migrantes venezuelanos enfrentam, como facilitar o processo de validação de diplomas e a verificação de capacidades, ampliar o treinamento em idiomas para profissionais e professores do sistema de educação, assim como ampliar a capacidade das escolas – especialmente na região norte do país.

A Agência da ONU para Refugiados está apoiando estes esforços de integração acompanhando o processo de validação de diplomas, por meio de parcerias com o setor privado e programas que estimulam a empregabilidade de mulheres refugiadas, entre outras iniciativas. Também apoia a estratégia de interiorização do governo federal, transferindo pessoas desde o Estado de Roraima para outras regiões do país – onde existem melhores perspectivas para alcançar autonomia.” (ACNUR, 2021).

Portanto é notória a observação de que medidas como políticas públicas devem ser tomadas para ajudar o próximo em necessidade, sendo assim o fato da demanda de auxílio aos refugiados não foge deste critério. Pois assim com muito esforço o Governo Brasileiro, junto à órgãos como a ACNUR, CONARE, e a própria ONU conseguirão a resolução de tamanha demanda que é a questão de refugiados em solo brasileiro.

3 - Considerações Finais

Em síntese, é de extrema importância compreender que a condição de Refugiado é uma anomalia vivenciada por pessoas que tiveram suas vidas mudadas a partir de uma perseguição por um grupo ou um Estado, devido a motivos expressos na lei 9.474 de 22 de julho de 1997 como raça, religião, nacionalidade, grupo social e opiniões políticas (BRASIL, 1997). Portanto é essencial analisar que em todos os fatores que levam a perseguição deste refugiado, o princípio da dignidade da pessoa humana é violado. Sendo assim para garantir que os direitos humanos sejam reestabelecidos para esta pessoa que vive em situação de refúgio é necessário a manutenção extensiva dos órgãos públicos que são responsáveis pela situação destes refugiados em outros países, sendo eles o CONARE e a Polícia Federal.

O Brasil é um país reconhecido por todo o mundo por tratar as questões humanitárias com muito zelo, sendo assim há uma parceria estreita com a ONU e o Estado brasileiro para levar condições mínimas em relação aos direitos humanos dos refugiados. Um grande fator que demonstra isto é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), uma agência da ONU especializada nas questões dos refugiados, estar sempre em contato com o Estado brasileiro fomentando a criação de novas políticas públicas.

As políticas públicas para a resolução desta questão é um fator crucial para o atendimento dos refugiados. A Operação Acolhida é uma demonstração de como uma política pública de grande escala para recepcionar os refugiados venezuelanos nas fronteiras é necessária. A utilização das forças armadas para o atendimento das pessoas foi um fator determinante para o bom resultado da política pública. Portanto nota-se que não basta ter apenas a política pública, ela deve ter efetividade e atingir diretamente o seu propósito.

Portanto conclui-se que atender o pedido de socorro dos necessitados é um ato de nobreza, e atender as demandas de uma pessoa refugiada é de extrema

beneficência. Para atender o pedido da paz, o primeiro passo a se tomar é o respeito com a dignidade da pessoa humana, atendendo assim os direitos humanos, logo todas as medidas e legislações que atendam os refugiados são cruciais.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 9 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm Acesso em: 9 de outubro de 2022.

BRASIL. Portaria Interministerial MJSP/MRE número 27 de 30 de dezembro de 2021, Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti. Diário Oficial da União. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-27-de-30-de-dezembro-de-2021-371523590>. Acesso em: 9 de outubro de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agenda 30 no STF. Brasília, STF, 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>. Acesso em: 9 de outubro de 2022.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

MELO, Ana Claudia Piti Candido; et al. A Efetividade das políticas públicas em favor dos refugiados no Brasil. REVISTA PERCURSO UNICURITIBA. vol. 2, n°.39, Curitiba, pp 29-52.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Suíça, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem, Brasil 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/#:~:text=O%20ACNUR%20estimula%20o%20Governo,para%20profissionais%20e%20professores%20do>. Acesso em 10 de outubro de 2022

RAMOS, André de Carvalho. Direito Internacional dos Refugiados. São Paulo: Expressa, 2021.